

Precarização do trabalho docente nas Federais e os impactos na saúde: o professor no seu limite

Denise Vieira da Silva Lemos
Universidade Federal da Bahia
denise.lemos.ihac@gmail.com

Resumo: o objetivo do presente artigo é fazer uma análise do trabalho docente nas universidades federais a partir do fenômeno da precarização social do trabalho e de seus impactos na saúde. Descreve as dimensões fundamentais desse processo tais como: intensificação do trabalho a partir da multiplicidade de tarefas, os obstáculos e significados da captação de recursos para a pesquisa, as contradições entre a formação e as demandas do sistema universitário, a degradação da sociabilidade acadêmica e o consequente afastamento dos movimentos coletivos de reivindicação, o excesso de controle externo à Universidade, a ilusão de autonomia e, finalmente, a perda da saúde. A análise dos dados demonstra que a principal contradição vivida pelo docente é o fato de que a autonomia percebida pelo mesmo não é a exercida, uma vez que está submetido a diversos controles internos e externos do sistema meritocrático, cujas exigências ultrapassam a capacidade física e psíquica do professor para responder adequadamente, pressionando o seu limite biopsico-social. Entretanto, compreender o processo de precarização e alienação é a base para a transformação e emancipação daqueles que possuem o papel fundamental de desenvolver as capacidades humanas e que, precisam de qualidade de vida no trabalho, de um trabalho decente.

Palavras chave: trabalho. Universidade. Ensino Superior. Alienação. Saúde.

O processo de precarização e alienação no trabalho

Vivemos, hoje, um processo contraditório no que diz respeito ao trabalho, expresso na seguinte situação: apesar das condições de trabalho terem melhorado em parte, e a despeito do fato de também, em parte, ter sido reduzida a distância entre planejamento e execução, aumentando a participação em determinados temas, a subjetividade produzida continua resultante de uma existência inautêntica e estranhada nos termos que coloca Antunes (1999). Segundo o autor, esses benefícios obtidos pelos trabalhadores têm sido largamente compensados pelo capital, uma vez que o pensar, agir e propor dos trabalhadores estão voltados totalmente para os objetivos intrínsecos das empresas. Mais complexificada, a aparência de maior liberdade no espaço produtivo tem como contrapartida o fato de que as personificações no trabalho devem se converter ainda mais em personificações do capital. Se assim não fizerem, se não demonstrarem aptidões (vontade, disposição, desejo), os trabalhadores serão substituídos por outros que

demonstrem perfil e atributos que permitam aceitar esses novos desafios. (ANTUNES, 1999)

Essa contradição vai se configurar como uma dimensão fundamental no processo de precarização do trabalho na contemporaneidade, que é definido por Thebaud-Mony e Druck (2007, p. 18) como um

Processo social constituído por uma amplificação e institucionalização da instabilidade e da insegurança, expressa nas novas formas de organização do trabalho – onde a terceirização/subcontratação ocupa um lugar central – e no recuo do papel do Estado como regulador do mercado de trabalho e da proteção social.

Segundo as autoras, trata-se de um processo que atinge todos os trabalhadores, independentemente de seu estatuto. A precarização do trabalho tem aprofundado a alienação, na medida em que instrumentos, cada vez mais sofisticados, tem sido desenvolvidos pelo Capital para subordinar o trabalhador, forçando-o a vivenciar uma condição de trabalho deteriorada cotidianamente nas organizações, com um impacto significativo do ponto de vista físico e psíquico.

Dejours (1987) argumenta que do choque entre um indivíduo dotado de uma história personalizada, de uma identidade e a organização do trabalho, portadora de uma injunção despersonalizante, onde o desejo do capital se sobrepõe sobre o desejo do trabalhador, emerge uma vivência de sofrimento psíquico. Para o autor, o comportamento condicionado e o tempo recortado pela organização do trabalho formam uma verdadeira síndrome psicopatológica que o operário, para evitar algo pior, se vê obrigado a reforçar, tornando-se o artesão do seu próprio sofrimento.

Dejours (1987) considera que a pressão organizacional geradora de um sofrimento psíquico não permite que ele seja revelado em termos de ansiedade ou cansaço, ou qualquer outro sintoma de natureza mental, mas apenas físico, que é o aceitável. Segundo o autor é só retirar a pressão que o sofrimento desaparecerá. A alienação, no sentido psiquiátrico é equivalente ao conceito marxista dos manuscritos de 1844, que seria a substituição da vontade própria do sujeito pela do objeto. Nesse sentido, passaria pelas ideologias defensivas onde o sujeito acabaria por confundir seus desejos próprios com a injunção organizacional que substitui seu livre arbítrio. O indivíduo acabaria por tolerar tudo sem fazer triunfar

sua própria vontade. A organização do trabalho seria o veículo da vontade de outro, a tal ponto poderosa que, no fim, o trabalhador se sente habitado pelo estranho. A alienação seria uma verdade clínica que, no caso do trabalho, toma a forma de um conflito onde o desejo do trabalhador capitulou frente à injunção patronal.

Trazendo o debate para o campo da educação, Frigotto (1994) considera que os novos conceitos utilizados tais como: globalização, integração, flexibilidade, competitividade, qualidade total, pedagogia da qualidade, defesa da educação geral, formação polivalente e “valorização do trabalhador” são uma “[...] imposição das novas formas de sociabilidade capitalista, tanto para estabelecer um novo padrão de acumulação, quanto para definir as formas concretas de integração dentro da nova reorganização da economia mundial”. (FRIGOTTO, 1994, p. 41)

O autor argumenta que há uma mudança nos interesses dos homens de negócio em relação à educação e a formação humana, devido “[...] às novas bases que a reconversão tecnológica e redefinição do padrão de acumulação capitalista demanda na reprodução da força de trabalho”. (FRIGOTTO, 1994, p. 34) Para ele, a redescoberta da dimensão humana, é muito mais um sinal de limite do que de autonegação da forma capitalista de relação humana. Portanto, a valorização da educação básica geral, a “revalorização” da formação geral do trabalhador – desde o ensino básico à pós-graduação – como forma de obter trabalhadores com capacidade de abstração, flexíveis, polivalentes e criativos, atende a uma lógica do mercado, caracterizada pela diferenciação, segmentação e exclusão.

Os novos jargões do discurso empresarial de polivalência, flexibilidade, integração, inovação, que passam a ocupar um espaço significativo em congressos, seminários, encontros, nos mais diversos âmbitos, inclusive de modo crescente nas universidades, que aderiram às ideias da “qualidade, inovação e produtividade”, sem crítica e sem qualificar essa qualidade. A consequência é que o sistema universitário termina por transferir para a educação uma cultura, que não tem auferido os resultados desejados dentro do próprio âmbito empresarial.

O processo de mercadorização da educação entra em forte contradição com a concepção de universidade pública, socialmente referenciada, com os objetivos de emancipação da condição humana, de desenvolvimento de sujeitos críticos e autônomos. Essa é uma das principais dimensões da crise pela qual passa a produção

do conhecimento científico e o papel da Universidade, uma vez que, compromete a sua autonomia de pensar a sociedade, a sua identidade com consequências importantes para o desenvolvimento do trabalho docente nas universidades.

O trabalho docente nas universidades federais

O exame do papel e das atividades desenvolvidas pelo professor universitário, hoje, pode lançar luzes sobre o impacto das transformações operadas no contexto das políticas neoliberais que implicaram em alterações significativas no processo do trabalho e no sistema de gestão das universidades federais, a partir da década de 1990.

Mancebo e Franco (2003) esclarecem que no processo de flexibilização do trabalho docente, algumas mudanças afetam o docente, gerando uma perda de identidade, pela transfiguração das atividades do ensino e da pesquisa. O ensino flexibilizado pelos cursos de curta duração, ensino a distância, “aligeiramento” de currículos, insere-se num processo, que a mercadoria produzida deve ser de forma rápida e de acordo com critérios de eficiência e produtividade, não necessariamente de qualidade, pois o que interessa é que seja vendável. E acrescentam que, nesse contexto, a dimensão interrogativa e crítica do trabalho docente, própria ao espaço universitário, é subtraída, “[...] retirando a formação e a prática profissional, assim como a produção de conhecimento, do campo da política e da ética”. (MANCEBO; FRANCO, 2003, p. 34)

Além do ensino, pesquisa e extensão, atualmente, novas funções agregam-se a estas, as quais tornam o exercício profissional mais complexo. Trata-se do “business”, ou seja, a busca de financiamento, negociação de projetos e convênios com empresas e instituições, assessorias, participação como especialistas em diversas instâncias científicas; e as “relações institucionais” com outras universidades, empresas e instituições, buscando reforçar o caráter teórico e prático da formação e, em alguns casos, seu caráter internacional. (ZABALZA, 2004)

A quantidade de formulários a serem preenchidos para obtenção de recursos e prestação de contas, dentro de prazos exíguos, constitui uma dimensão que emerge com o papel do professor de “captador interno de recursos” ao sistema educacional do governo, mas externo à universidade. Implica na agregação de uma série

de atividades administrativas ao trabalho docente, para as quais, o professor não conta com apoio em termos de recursos humanos, por parte da universidade, causando um excessivo envolvimento com atividades meio que muitas vezes concorrem com o desenvolvimento da pesquisa e do ensino em si mesmos. O processo de expansão das universidades federais, o Reuni, aumentou o número de alunos e de professores, e não aumentou proporcionalmente o número de servidores, o que tem ocasionado uma sobrecarga para os professores, obrigados a desenvolverem atividades administrativas.

O papel de “captador de recursos” externos à universidade e ao sistema educacional do governo, pode, por um lado, resultar na possibilidade de desenvolvimento de um relevante projeto de pesquisa e extensão acadêmica, mas, por outro, significar uma distorção dos objetivos essenciais da mesma, um processo de privatização por dentro da universidade pública. Emerge a contradição: ao mesmo tempo em que a universidade precisa relacionar-se com os diversos setores da sociedade, essa mesma relação pode significar um processo de alienação institucional.

Americano da Costa (1999) chama atenção para o fato de que algumas dessas iniciativas, como a cobrança por atividades desenvolvidas pela universidade, ferem o princípio constitucional da gratuidade do ensino (art. 205-IV), ratificado pela LDB (art.3-VI), restrito agora, para cursos acadêmicos de graduação e pós-graduação (mestrado e doutorado). Além disso, fica instituída a cobrança geral pela prestação de serviços via fundações privadas.

A universidade, enquanto instituição produtora de conhecimento a ser disponibilizado socialmente, necessita relacionar-se com os diversos agentes sociais, inclusive as empresas, desde que as pesquisas encomendadas sejam submetidas a uma avaliação ética em termos do objeto, controle do processo e dos resultados. É importante assinalar que mesmo nos convênios com instituições públicas, nos quais o beneficiário é a maioria da população, na relação com os agentes do Estado, a questão da autonomia da gestão do processo e a utilização dos resultados são dimensões a serem analisadas, tendo em perspectiva os objetivos essenciais da universidade e as necessidades da população. Entretanto, essas definições ajudam, mas não resolvem a questão da sobrecarga docente, que continuará desempenhando múltiplas funções, não só de captador externo, mas, também, de captador interno, uma vez

que depende das agências de fomento, que demandam uma série de atividades administrativas para viabilizar a atividade da pesquisa.

A intensificação do trabalho docente

Botomé (1996) considera que existe uma dificuldade de localizar e definir o que caracteriza a responsabilidade primeira ou maior da instituição universitária, onde convivem exigências diversas, de muitos agentes, com formações variadas, e diante de tarefas voltadas para múltiplos assuntos. Para ele, o professor universitário precisa ser um profissional múltiplo. Precisa ser um **técnico e especialista** num campo de trabalho, mas também precisa ser competente como pesquisador ou cientista em uma área do conhecimento. Já temos aí duas profissões, mas existem outras exigências: ele precisa ser um professor de nível superior, capaz de ensinar e preparar profissionais para realizar as tarefas mais complexas da sociedade. E, além disso, precisa estar apto para ser um administrador, pois vai defrontar-se com a necessidade de gerenciar projetos de pesquisa e de ensino, coordenar grupos de trabalho e órgãos da estrutura administrativa universitária, como departamentos, cursos etc. E ainda precisa ser um escritor razoável.

Uma das consequências das múltiplas atividades do professor, dessa polivalência, é a intensificação do trabalho, o que por sua vez gera a necessidade de trabalhar no tempo de lazer, com consequências em termos de desgaste físico e psíquico, assim como dificuldades na relação familiar. De acordo com Botomé (1996), as dificuldades permanecem quando, diante de tantas facetas do papel docente, a sua preparação é desigual no atendimento das demandas da vida na universidade. A pós-graduação que deveria capacitá-lo para ser um professor universitário (mestre de nível superior) e um cientista (doutor em uma área do conhecimento) tem aumentado a sua especialização técnica em um assunto e em técnicas de pesquisa. O resultado é que os professores se preparam mais para a dimensão de especialista e de pesquisador do que em relação às demais exigências. (BOTOMÉ, 1996)

Outra ótica sobre essa mesma questão é trazida por Frigotto (2001), quando chama atenção para as diferentes formas de polivalência, uma vez que existem tipos de atividades polivalentes que não demandam nenhuma qualificação maior, tratando-se, apenas,

de intensificação do trabalho, cuja consequência, na prática, é a desqualificação do trabalhador.

A intensificação do trabalho docente termina por comprometer atividades centrais do papel profissional do docente de uma Universidade pública de qualidade: a docência, a pesquisa, o estudo e o pensamento. A docência vai se configurando como uma atividade marginal porque não gera pontos nas avaliações de progressão funcional, a qual considera apenas o número de horas/aulas ministradas; a pesquisa também fica comprometida pois o tempo deve ser utilizado para escrever, reconfigurar artigos escritos, enviar artigos para revistas, revisar artigos já avaliados; conseqüentemente as estantes dos docentes ficam repletas de livros e revistas que não são examinados, a leitura vai se tornando cada vez mais limitada; finalmente o pensar, uma das atividades fundamentais no processo criativo também se torna bastante restrito e apressado, uma vez que a pesquisa se torna precária ou inexistente e a leitura restrita aos autores já consagrados, o que termina por comprometer a qualidade do conhecimento científico.

A autonomia docente em questão

Outra importante dimensão do processo de precarização do trabalho docente a ser analisada é o super controle institucional sobre o cotidiano do professor e sobre o padrão de qualidade do seu trabalho que representa uma importante fonte de tensão e estresse, mas que, em geral, passam despercebidos. Esse controle é exercido principalmente pelas agências de fomento externas à universidade e pelos diversos órgãos do governo internos e externos ao Ministério da Educação (MEC). Nesse sentido, consideramos que, tendo como pano de fundo o Plano Diretor da Reforma do Estado, a Reforma Administrativa e Previdenciária, a política para as Instituições Federais de Ensino Superior, uma série de instrumentos legais (LDB, decretos e portarias), tem aumentado o poder de intervenção do Estado na vida universitária. Podemos citar como exemplos mais importantes: a escolha de dirigentes, a política de avaliação (Sinaes), a avaliação da pós-graduação (Capes), a formulação de novas diretrizes curriculares, o contingenciamento ou congelamento na liberação de recursos, a definição da carreira, a política salarial e de vagas de docentes, discentes e servidores administrativos.

Essas medidas atingem, de forma significativa, o elemento central definidor do ensino superior, que é a autonomia docente, ao mesmo tempo em que colocam os professores, como receptáculo de uma forte pressão, definida por uma burocracia estatal e institucional, dirigida por uma racionalidade estranha, (a da produtividade), em relação às características intrínsecas do fazer universitário, cuja função fundamental é construir coletivamente o conhecimento, torná-lo acessível à população e formar pessoas que possam assumir uma postura crítica e criativa diante dos desafios da realidade.

Como essa teia complexa de medidas e sua motivação política não são visíveis para o conjunto da sociedade, a dimensão que é possível acessar, além da degradação física, é a concepção de que a crise pela qual passa a universidade é determinada pelo baixo desempenho dos professores, sua falta de comprometimento com a instituição universitária e o excesso de liberdade de atuação. A partir dessa linha de raciocínio, o professor vai se caracterizando como o depositário, o “bode expiatório” das mazelas do sistema e, ao reagir às estratégias de avaliação e controle, é rotulado de corporativista. Embate ideológico posto pela hegemonia do pensamento neoliberal que busca desqualificar tudo que é “público”, especialmente os funcionários. Chauí (2001) questiona essa visão e indaga se o que se chama de corporativismo, não seria uma reação legítima de um grupo profissional, que na ausência de leis que protejam seus direitos, vêm-se na obrigação de se articular e assumir esse papel?

A existência de uma complexa teia de relações institucionais, uma superestrutura de gestão do ensino superior, é responsável por um aumento do controle, que se torna cada vez mais efetivo, como é possível vislumbrar na “ampliação” das funções de órgãos do Estado como Secretaria do Ensino Superior (Sesu) e Instituto Nacional de Ensino e Pesquisa (Inep), que passam progressivamente a exercer um papel controlador no geral, e em específico no nível didático-científico. Todo esse aparato estrutural termina por gerar uma sobrecarga de demandas para a instituição e para o docente. Uma das consequências dessa superestrutura de controle é a perda progressiva da autonomia docente sobre o seu objeto de trabalho, sobre o fazer acadêmico.

Segundo Botomé (1992), essa dinâmica do poder, onde alguns grupos se apossam de temas e recursos, pode também ser gerada

pela política de financiar centros de excelência, o que tende a significar uma estratégia de cooptação de algumas instituições em detrimento da emancipação do sistema universitário como um todo. Ele considera que concorrer, disputar as verbas liberadas por projetos do Governo traduz-se numa busca de autonomia por cooptação e não por emancipação do sistema universitário que se daria através de recursos liberados em função de planos e orçamentos anuais.

O processo da autonomia docente vai se configurando como a principal contradição vivida no contexto das Universidades Federais, a partir da percepção dos professores, que a consideram como a dimensão mais importante do trabalho docente, o que justifica muitas vezes a sua opção profissional. Essa contradição é expressa de diversas formas: de um lado a autonomia é valorizada como o aspecto mais fundamental na motivação para o trabalho, mas essa mesma autonomia gera um não cumprimento, por parte de alguns, das regras coletivas, que, por sua vez, também não estão claras, seria nesse caso uma “autonomização”, uma individualização. Se de um lado a autonomia implica em liberdade na definição do conteúdo do trabalho, esse mesmo exercício isola e impede de conhecer o trabalho do outro, o que gera, possivelmente, conflitos de saber e poder e alienação do processo coletivo. O núcleo central e invisível da contradição é o fato de que o grau de autonomia percebido pelos professores não corresponde ao grau de autonomia existente, quando se considera todos os âmbitos da vida institucional, ou seja, a autonomia percebida não é a autonomia exercida.

Contradições, precarização e alienação: impactos na saúde docente

O docente ao vivenciar o centro desse processo de precarização institucional do seu trabalho, vai ficando progressivamente imprensado por uma superposição de tensões, contradições e controles institucionais que resultam em última instância em impactos sobre a sua saúde que podem gerar adoecimento e afastamento do ambiente de trabalho. Essas contradições podem ser traduzidas da seguinte maneira: a carreira não o desenvolve como professor e sim como pesquisador; para pesquisar precisa acionar a habilidade de captador de recursos, para a qual não foi habilitado; quando consegue recursos externos, corre o risco de ser visto como possuindo

uma “vida dupla”; se não consegue recursos, sente-se desprestigiado e revoltado por possuir uma alta qualificação profissional e um retorno salarial incompatível com o seu grau de conhecimento.

Na medida em que o Estado orienta a carreira para a pesquisa – através de recursos e recompensas –, transforma o ensino em algo menos importante, até mesmo aversivo para alguns professores. Quando estimula através do financiamento individual externo e do sistema meritocrático a competição, gera o desgaste do vínculo social e o aprofundamento dos conflitos interpessoais, criando, muitas vezes, um clima de trabalho desfavorável à produção integrada do conhecimento. Ao cooptar uma parcela dos professores, os classificados como “excelentes”, (nota 7), o Estado fragiliza a organização coletiva e descaracteriza o papel político do professor, que passivamente se submete às regras; quando intensifica o trabalho com múltiplas demandas, o deixa sem tempo para o lazer e para a vida cultural, constituindo assim uma organização do trabalho que facilita o adoecimento e a alienação.

Na pesquisa de doutorado realizada sobre o trabalho docente na Universidade Federal da Bahia (LEMOS, 2007), foram analisadas as condições, a organização e as relações interpessoais no trabalho, com o foco nas categorias conceituais da alienação e autonomia no trabalho. Os professores entrevistados relataram ser praticamente impossível atender a todas as demandas do papel de docente, sendo necessário usar o tempo de lazer, o que resulta em desgaste físico e psíquico e conseqüente dano à saúde.

A compressão do tempo, da saúde e da vida acadêmica é também decorrente do sistema meritocrático que impõe ao docente uma maratona permanente em busca dos parâmetros de excelência, através dos quais serão considerados aptos para pertencerem às categorias e classes que auferem reconhecimento acadêmico e financiamento para projetos de pesquisa. São estágios cada vez mais exigentes e diferenciadores porque atendem a lógica da curva forçada de Gauss onde só uma minoria deve ter acesso ao topo da pirâmide. Trata-se de um sistema que qualifica desqualificando, ou seja, o docente está sempre em falta, precisa no mínimo manter uma produção quantitativa de artigos publicados em revistas indexadas para não ser rebaixado da categoria a que pertence. A tendência do sistema meritocrático é levar a sua comunidade à apologia da perfeição, da excelência, o que gera um sentimento de superioridade e prepotência, que tem como característica ignorar

os limites fisiológicos e psíquicos do ser humano. (SELIGMAN-SILVA, 2001) Nessa corrida pela perfeição há o consentimento de ações perversas e assédio moral com conseqüentes repercussões na saúde mental.

O trabalho docente caracterizado pela multiexposição a fatores desestruturantes de natureza psicossocial, termina por gerar nos indivíduos que ocupam o cargo de professor nas Instituições Federais de Ensino (IFES) um processo de fragilização orgânica, existencial e identitária, se constituindo, portanto, num trabalho patogênico. Os tempos dos editais, das avaliações da CAPES, dos relatórios do CNPq entram em contradição com os biorritmos e com o equilíbrio psíquico, o qual resulta de quatro dimensões fundamentais: o tempo para o processamento das informações, reflexão e decisão, processo esse que mobiliza dialeticamente razão e afetos; a necessidade de uma continuidade, estabilidade e não de fragmentos oriundos do exercício de múltiplas tarefas de atendimento a múltiplas demandas, muitas vezes contraditórias; a necessidade do vínculo com o outro para troca de idéias, apoio e percepção do desenvolvimento pessoal e coletivo no papel docente e finalmente o reconhecimento pela qualidade da contribuição dada a atividade científica, que se encontra centralmente relacionada à capacidade quantitativa de publicação e citação.

A competição por símbolos de saber, por recursos financeiros, em última instância por poder tem produzido uma quebra na sociabilidade acadêmica nas universidades, gerando desconfiãça e medo nas relações interpessoais. É uma ordem institucional que tem gerado uma ruptura do docente consigo mesmo, uma estereotipia, tornando-o objeto passivo diante da realidade, atingindo a sua característica de sujeito, de protagonista do seu destino pessoal e da universidade. A fragilização subjetiva favorece a intolerância à diversidade, a diferença, ocasionando a busca pelo grupo de iguais, num processo muitas vezes de fusão, de abdicação da identidade, ou, por outro lado, o isolamento no mundo privado, na ilusão de proteção, de evitação do conflito. Essa sujeição às determinações de um modelo heterônomo é o que, provavelmente, vem comprometendo a sua capacidade cognitiva e emocional, de elaborar conflitos, de gerar soluções criativas e de articulação coletiva em busca da transformação da realidade do trabalho.

O que se observa é que essas são alternativas falidas de resolução das contradições, porque são oriundas da construção de uma

subjetividade inautêntica nos termos de Antunes (2000), baseada na negação da realidade. E, nesse momento, quando falham essas estratégias é o momento em que o aparato biopsicossocial entra em crise, por não suportar a condição de violência física e simbólica contra si mesmo e contra o outro.

Segundo Gorender (1997 apud LACAZ, 2000), os indicadores mais apropriados para demonstrar o estado em que se encontram as condições e a organização do trabalho nos dias atuais são as doenças crônicas que se proliferam, tais como, as doenças cardiocirculatórias, gastrocônicas, psicossomáticas, os cânceres, a morbidade musculoesquelética expressa nas Lesões por Esforços Repetitivos (LER), às quais somam-se o desgaste mental e físico patológicos e mesmo as mortes por excesso de trabalho, além das doenças psicoafetivas e neurológicas ligadas ao estresse. Essas doenças crônicas são as consequências visíveis, que geram, a depender do grau em que se apresentam, a interrupção do trabalho e, portanto, consequências financeiras palpáveis em termos de horas não trabalhadas e afastamentos. Entretanto, o âmbito no qual é possível constatar as origens da precarização social do trabalho é o das condições e da organização do trabalho em si.

No caso do trabalho docente não é diferente, de acordo com as pesquisas que relacionam trabalho e saúde, os professores são acometidos de todas as doenças crônicas descritas pelo autor.

Wernick (2000), no estudo realizado sobre as condições de saúde e trabalho dos docentes universitários, mostrou que, devido à condição inadequada das salas de aula, móveis, risco de violência pessoal e a natureza em si do processo de trabalho (pressão, sobrecarga) dentre outros, os professores trouxeram queixas relativas a cansaço mental (44,6%), dor nas pernas (36,1%), rinite (28,1%), rouquidão (25,9%) e esquecimento (25%). Entre as doenças as mais frequentes registradas: varizes nas pernas (25,3% nas mulheres e 11,3% nos homens) e hipertensão arterial (17,1% nas mulheres e 19,7% nos homens). A pesquisa também demonstrou uma associação positiva entre as condições gerais de trabalho e a ocorrência de distúrbios psíquicos menores (tensão, cansaço, tristeza, alterações no sono, diminuição de energia, sintomas somáticos), que foram constatados por 18,7% dos pesquisados. Um dado importante da pesquisa é que os professores que referiram possuir um alto grau de controle de suas atividades e alta demanda de trabalho, foram

os que mais estavam propensos a adoecer, os que apresentaram um maior percentual de distúrbios psíquicos menores.

Lipp (2002), ao listar os fatores estressores do professor que atua na pós-graduação, colocou foco nas tarefas administrativas – elaboração de currículos, relatórios, projetos – demandados pelas agências externas, no excesso de informação recebida, nas demandas tecnológicas na invasão do trabalho docente no horário de descanso. Segundo a autora, o docente vai fisicamente para casa, mas o trabalho não termina. Segundo ela; “[...] são teses para ler, projetos para avaliar, relatórios para escrever, e-mails para responder, celulares que tocam em casa, computadores portáteis que acompanham o professor e garantem o seu trabalho no horário de lazer”. (LIPP, 2002, p. 60) É o trabalho invadindo o espaço pessoal e privado impedindo que o professor vivencie outras dimensões da vida, descanse, pense e refaça as energias para enfrentar o cotidiano no início da semana.

Epílogo provisório

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) ao propor uma Agenda do Trabalho decente como um instrumento de combate às diversas formas de precarização social do trabalho definiu o trabalho decente da seguinte maneira: “**O Trabalho Decente** é um trabalho adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, capaz de garantir uma vida digna”. (OIT, 2006, p. 12, grifo nosso)

Tomando esse conceito como referência, podemos considerar que a busca atual do movimento docente nas Federais é de um trabalho decente nos termos da OIT. A extensão desse movimento que atingiu 57 das 59 universidades, em 2012 foi um indicador de que os docentes do ensino superior chegaram ao limite de tolerância à degradação das condições de trabalho. Na medida em que o movimento criou condições para o debate e a reflexão, para o pensar sobre as dimensões das condições do trabalho docente que impediam um exercício digno, de qualidade, um trabalho decente, o que, de outra forma, com a sobrecarga de tarefas no cotidiano, dificilmente seria possível. O movimento representou uma oportunidade de exercício da autonomia, da liberdade, do resgate da identidade e do protagonismo social. Também foi importante recuperar a discussão sobre as estratégias fundamentais na preservação

de uma universidade pública com condições de oferecer qualidade de vida aos seus docentes, discentes e servidores.

A exposição ao debate, o encontro com os pares, a oportunidade de desenvolvimento de um pensamento crítico, significou um importante avanço no resgate da saúde e da própria vida ao ambiente da universidade pública brasileira.

Casualization of teaching and the health impacts: the teacher at their limit

Abstract: the objective of this article is to do an analysis of the teaching work in federal universities from the phenomenon of social precariousness of the work and its impacts on health. Describes the fundamental dimensions of this process such as process intensification from them multitude of tasks, raising funds for research, the contradictions between the training and the demands of the university system, the degradation of sociability and there resulting non-academic participation collective movements of claim, the excess of external control of the University, the illusion of autonomy and finally the loss of health. Data analysis is shows that the main contradiction experienced by teachers is the fact that autonomy even perceived is not the exercised, since it is subjected to various internal and external meritocratic system controls, whose requirements exceed the physical and mental teacher capacity to respond appropriately, pressing their bio-psycho-social level. However, understanding the process of precariousness and alienation is the basis for the transformation and empowerment of those who have the role of developing human capabilities and which need quality of life at work, decent work.

Key words: work University. Superior Teaching. Alienation. Health.

Referências

- ANTUNES,R. *Os sentidos do trabalho*. São Paulo: Boitempo,1999.
- COSTA, Nice. M. A. da. *Reflexões e propostas: universidade com autonomia*. Proposta elaborada para a postulação ao cargo de Reitora da UFBA. Salvador, 2002. Não publicado.
- BOTOMÉ, S. P. Autonomia universitária: cooptação ou emancipação. *Universidade e Sociedade*, v. 2, n. 3, jun. 1992.
- _____. *Pesquisa alienada e ensino alienante*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.
- DEJOURS, C. *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. São Paulo: Cortez, 1987.
- FRIGOTTO, G. Educação e formação humana: ajuste neoconservador e alternativa democrática. In: GENTILI, P.; SILVA, T. T. *Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- LACAZ,F. A. Qualidade de vida no trabalho e saúde\doença. *Revista Ciência e Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, 25-40, jan. 2000.

LEMOS, D.V.S. *Alienação no trabalho docente: o professor no centro das contradições*. 2007. 270 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

LIPP, M. E. N. O stress do professor de pós-graduação. In: _____. *O stress do professor*. Campinas: Papirus, 2002.

MANCEBO, D.; FRANCO, M. E. D. O trabalho docente: uma análise das práticas intelectuais em tempos de globalização. In: DOURADO, L. F.; CATANI, M.; OLIVEIRA, J. F. (Org.). *Políticas e gestão da educação superior*. Goiânia: Alternativa, 2003.

THÉBAUD-MONY, A.; DRUCK, G. Terceirização: a erosão dos direitos dos trabalhadores na França e no Brasil. In: DRUCK, G.; FRANCO, T. (Org.). *A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização*. São Paulo: Boitempo, 2007. (Coleção Mundo do Trabalho).

WERNICK, R. *Condições de saúde e trabalho dos docentes da Universidade Federal da Bahia*. 2000. 150 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) - Instituto de Saúde Coletiva, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000.

ZABALZA, M. A. *O ensino universitário: seu cenário e seus protagonistas*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

Recebido:13/03/2013 | Aprovado:18/05/2013.